

Caminhos para utopia iconoclasta: Diálogo entre psicanálise, arquitetura e urbanismo

Paths to an iconoclastic utopia: Dialogue between psychoanalysis, architecture and urbanism

Larissa Napoli*

Resumo

Esse trabalho procura, em um primeiro momento, demonstrar como a produção arquitetônica no século XX tem uma forte relação com o conceito de “utopia projetista” proposto por Russell Jacoby em sua obra “Imagem Imperfeita: Pensamento Utópico para uma Época Antiutópica”. Revela a importância da utopia para o campo da arquitetura e urbanismo desde seu apogeu com o Movimento Moderno até o ostracismo do pensamento utópico na pós-modernidade. Em contraponto, relaciona a categoria elaborada por Jacoby de “utopia iconoclasta”, com a hipótese de transformação de uma realidade repressiva em uma realidade não-repressiva a partir de uma interpretação de Herbert Marcuse das concepções da teoria freudiana. Demonstra como a transformação das pulsões é necessária para a construção de uma realidade emancipatória. Por fim, busca caminhos para um reencontro do campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo com o pensamento utópico, por meio de um deslocamento da prática “projetista” para uma produção que se aproprie da imaginação arquitetônica para construir uma utopia iconoclasta.

Palavras-chave: utopia; arquitetura; psicanálise; Marcuse.

Abstract

This paper seeks, at first, to demonstrate that the architectural production of the 20th century has a strong relation with the concept of “design utopia” proposed by Russell Jacoby in his book “Picture Imperfect – Utopian Thought for an Anti-Utopian Age”. It reveals the importance of utopia to architecture and urbanism since its heyday until the ostracism of the utopian thought in the postmodernism. In counterpoint, it relates Jacoby’s category of “iconoclastic utopia” with the hypothesis of transformation from a repressive reality into a non-repressive reality, presented in Herbert Marcuse’s interpretation of the conceptions of Freudian theory. It shows how a transformation of instincts is necessary to the construction of an emancipatory reality. Ultimately, it pursues paths to a reunion between architecture, urbanism and utopia, through a shift of a “design” practice to a production that appropriates the architectural imagination in order to build an iconoclastic utopia.

Keywords: utopia; architecture; psychoanalysis; Marcuse.



I

O termo utopia surgiu a partir do livro de Thomas More, publicado em 1516. A origem etimológica da palavra que dá título à obra vem da composição das palavras gregas “ou” que significa “não” e “topos”, “lugar”. Sendo assim, tem o significado de não-lugar ou lugar nenhum.

O livro nos mostra duas características que compõem a construção de uma utopia: a crítica a uma realidade, e um modelo imaginário e idealizado que contrapõe essa realidade criticada. Desde a publicação da obra, modelos utópicos foram propostos como forma de superar paradigmas e transformar a sociedade.

Entretanto, a história da utopia é, em sua maioria, marcada pelo que Russell Jacoby (2007) categorizou como “utopia projetista”. Os utopistas dessa vertente propõem imagens bem definidas e planejadas sobre como a sociedade deveria ser, projetam minuciosamente seus espaços e estabelecem regras rígidas de funcionamento de instituições e relações sociais.

Tais detalhes podem conferir à especulação utópica um certo peso e plausibilidade. É assim que as pessoas devem trabalhar, ou comer ou brincar. [...] Os projetistas utópicos apresentam o tamanho dos cômodos, o número de lugares às mesas, a hora exata em que despertar ou dormir. Entretanto a força dos projetistas também é a sua fraqueza. Os planejadores revelam, e por vezes celebram, um certo autoritarismo. (JACOBY, 2007, p. 64)

Assim como a literatura, a arquitetura foi a principal linguagem em que utopias foram expressas ao longo da história. Como o ofício do arquiteto é essencialmente “projetar” e “planejar”, pode-se dizer que, em sua maioria, as utopias imaginadas por estes correspondiam ao ideal projetista proposto por Jacoby.

O pensamento utópico teve seu apogeu quando a urbanização e a industrialização do século XIX colocaram em foco as cidades e seu crescimento. O planejamento urbano e a arquitetura tinham a missão de explorar e organizar espacialmente a ebulição social que as transformações modernas e as novas tecnologias trouxeram. Durante boa parte do século XX, ideias ousadas e imaginativas para as cidades foram propostas. Fervilharam projetos urbanos utópicos, das mais variadas vertentes políticas e estéticas.

Seria possível categorizar as propostas utópicas no campo da arquitetura e do urbanismo a partir de como a crítica à realidade foi feita. Um primeiro grupo, engajado na ideia de novo mundo, amante das máquinas e esperançoso com o futuro das metrópoles, teceria uma crítica aos sintomas da grande cidade, e não a sua existência. O problema da pobreza, dos cortiços, da precarização da vida em seus mais diversos aspectos poderia ser resolvido com organização e racionalidade. O segundo grupo teceria a crítica a partir da rejeição radical a essa metrópole superpopulosa e fabril. Enxergaria uma saída na retomada de valores comunitários e tradicionais. Veria a cultura e a natureza como elementos centrais de uma construção utópica.

Ambos os grupos propositivos tiveram um desempenho pífio na realidade material, quando houve tentativas de implantação. As razões são muitas e complexas, mas possuem sempre uma imbricada relação com o Estado burocrático e seu sistema econômico. Entretanto, é o caráter de utopia projetista, presente em todos esses modelos urbanos que revela o principal motivo de fracasso.

Na primeira metade do século XX, a arquitetura se propôs a transformar a realidade por meio do desenho, seja resgatando raízes comunitárias e tradicionais, como as “Cidades-Jardim”, de Ebenezer Howard, ou impondo um modelo que explicitamente almejasse o controle social como a “Ville Radieuse” de Le Corbusier. O arquiteto se coloca em uma posição de Deus, capaz de moldar o mundo ideal ao risco de sua lapiseira.

Todavia, o arquiteto totalitário que impõe seu próprio projeto e sua utopia particular através da linguagem da arquitetura não ressoa no mundo que revela a importância da subjetividade, da diversidade, do multiculturalismo, da globalização e da interconectividade. Já não cabem as novas cidades de Howard, que considera o território uma tábula rasa, e muito menos o ideal universalista de Le Corbusier, baseado no corpo branco, europeu e masculino.

Não obstante, a figura do arquiteto entra em crise a partir da década de 1960, assim como suas utopias. O que se segue é um sentimento de extremo desalento e descrença do potencial da arquitetura de transformação social, levando o campo disciplinar a ostracizar a ideia de utopia em prol da manutenção do status quo. Assim se dá a transição da arquitetura moderna para a arquitetura pós-moderna.

II

Em contraponto à proposição categórica de utopia projetista, Jacoby também descreve a utopia iconoclasta. Menos representativa ao longo da história, os iconoclastas se colocam como antiprojetistas.

Os utopistas iconoclastas abordaram ideias tradicionalmente associadas à utopia – harmonia, lazer, paz e prazer – mas, em vez de determinar o que ela poderia ser, eles mantinham, como já eram, os seus ouvidos abertos a ela. Ouvidos e olhos são metáforas apropriadas, pois, uma vez que eles não visualizavam o futuro, mantiveram-se a sua escuta. (JACOBY, 2007, p 65).

A utopia iconoclasta tem suas bases na herança judaica, sendo um de seus pilares a negação de imagens de um futuro idealizado. Prevalece a ideia da escuta, ao invés da visão, em uma sociedade em que o culto a reproduções imagéticas deteriora o potencial revolucionário e banaliza a especulação utópica.

De fato, a utopia iconoclasta tem como essência o negativo. Só é possível descrevê-la a partir da afirmação do que ela não é. Jacoby afirma que a resistência a se atribuir imagens anuncia o abismo entre o agora e o depois, o futuro não pode ser submetido a uma representação determinada no presente (2007, p. 69). Sendo assim, o processo se torna mais importante do que o produto. Não se trata de uma definição rígida de um mundo melhor, um objetivo a ser alcançado. A utopia iconoclasta se apresenta como uma prática, cujo progresso é construído a partir da crítica da realidade, da escuta dos sofrimentos e desejos individuais e coletivos, e da busca por alternativas possíveis em um processo infindo.

... [alternativas à realidade social] não se conduzem por meio de desenhos ou conselhos, mas sim por meio da reflexão crítica sobre práticas e crenças existentes de forma a – para recordar uma ideia de Bloch – explicitar que “uma coisa está faltando” e assim “inspirar a unidade para a sua criação e recuperação”. (OLIVEIRA, 2009, p16. apud MIRANDA; SOUSA, 2018, p. 107).

Russell Jacoby inclui o filósofo Herbert Marcuse, juntamente com outros autores da Escola de Frankfurt, no rol de pensadores de um utopismo vivo (2007, p.68), principalmente pela formulação

de uma teoria crítica da sociedade e a busca incessante de possibilidades de sua transformação.

Marcuse, em sua obra “Eros e Civilização”, traça caminhos possíveis para uma sociedade utópica iconoclasta a partir de uma leitura particular e original da obra de Sigmund Freud. O autor está interessado em demonstrar como uma utopia é possível através da transformação do princípio de realidade, pelo qual ocorreria um desenvolvimento não-repressivo das pulsões. Muitos críticos como Jean Laplanche e Bento Prado Jr. apontam distorções e imprecisões dos conceitos freudianos na obra do autor, mas aqui é necessário atentar principalmente para suas proposições filosóficas a partir de tais conceitos.

Freud apresenta sua teoria pulsional no texto “Além do Princípio do Prazer”, onde expõe o funcionamento da economia psíquica (metapsicologia). Ele descreve a variação da quantidade de excitação entre o prazer e o desprazer, a busca pelo primeiro e fuga do último, processo regido pelo que chamou de “princípio do prazer”. Em contraposição, o “princípio de realidade” se sobrepuja por influência do instinto de autopreservação do Eu, adiando a realização do prazer (FREUD, 1920, p.123), fazendo valer uma realidade que reprime os instintos libidinais. Dois dos conceitos mais importantes para a teoria psicanalítica, a pulsão de vida e a pulsão de morte, também são desenvolvidos no mesmo texto por Freud e utilizados por Marcuse na defesa de sua tese em “Eros e Civilização”.

A pulsão de vida provém dos instintos sexuais, num sentido psicanalítico de sexualidade, onde ela não se direciona apenas a reprodução e/ou ato sexual, e sim representa a vontade de vida com um objetivo último em si mesma. Já a pulsão de morte é a tendência de se voltar a um estado anterior de existência onde o Eu desconhecia o desprazer. Esse estado anterior da matéria é inorgânico, portanto, Freud afirma que o objetivo de toda vida é a morte. (FREUD, 1920, p. 149).

Marcuse vê na teoria freudiana da cultura uma severa crítica ao “princípio de realidade” repressivo, e essa crítica conduziria a uma “imagem de libertação”. O “pessimismo” freudiano quanto à possibilidade de felicidade e liberdade individuais levaria dialeticamente, segundo Pisani (2006, p. 204), à negação e à recusa dessa sociedade repressiva. Nesse sentido, Marcuse afirma uma possibilidade de transformação não-repressiva do “princípio de realidade”. O caráter “conservador” das pulsões

e a oposição destas à civilização deveriam desaparecer sob as condições de uma sociedade não-repressiva.

Freud (cf, 1978. apud. SCHULZ, Rosalvo, 2018, p.131.) afirma que a repressão e sublimação das pulsões, principalmente da pulsão de vida, são necessárias para o progresso civilizacional. Ao demonstrar a impossibilidade de coexistência do princípio de realidade repressivo e a plena satisfação do prazer, é criada a fantasia de uma realidade não-repressiva, onde há o desenvolvimento das pulsões e a realização do prazer.

A repressão, que antes era considerada necessária para o progresso, revela-se um instrumento de dominação de um sistema opressor, uma vez que como civilização atingimos o desenvolvimento necessário para uma realidade não-repressiva universal. A civilização não-repressiva depende não do estancamento do “progresso” mas de sua liberação. (PISANI, 2006, p. 207).

A fantasia tem um papel importante na transformação do princípio de realidade, segundo a interpretação da metapsicologia freudiana feita por Marcuse, uma vez que independe dele e está ligada diretamente ao princípio de prazer, possuindo um caráter emancipatório, reivindicando liberdade e satisfação, possibilitando o vislumbre de uma realidade utópica. As artes, entre elas a arquitetura, seriam meios de expressão dessa fantasia.

Marcuse então, investiga que caminhos tomariam as pulsões em uma realidade não-repressiva.

A visão de uma cultura não-repressiva, [...] visa ao estabelecimento de uma nova relação entre os instintos e a razão. A moralidade civilizada é invertida pela harmonização da liberdade instintiva e da ordem: libertos da tirania da razão repressiva, os instintos tendem para relações existenciais livres e duradouras, isto é, geram um novo princípio de realidade. (MARCUSE, 1975, p.174).

Em uma sociedade em que o trabalho não constitui uma forma de alienação por meio da dessexualização do corpo, isso é, um corpo que é capaz de satisfazer os instintos sexuais por meio de atividades laborais, as pulsões sexuais são libertas para o que Marcuse denomina, “auto-sublimação da sexualidade”.

Nas condições específicas da realidade transformada a sexualidade tenderia a dar origem a ‘relações humanas altamente civilizadas’: o fim do “primado da genitalidade” e da ‘dessexualização do corpo’ não levariam à destruição das relações sociais. A sexualidade transformada em Eros implica a sua “ampliação qualitativa e quantitativa” no sentido em que a pulsão tomaria por domínio e objeto a própria vida (PISANI, 2006, p. 209).

Quanto à pulsão de vida, esta levaria seu objetivo adiante, como colocado por Freud em Além do Princípio do Prazer. A pulsão tomaria como objeto e fim último a própria vida, conservando-a e ampliando-a. “A sexualidade liberada de sua limitação espacial não seria desviada nem impedida de se realizar, mas, enquanto um impulso coletivo, que procura a manutenção da vida e da sociedade, enquanto pulsão de vida” (PISANI, 2006, p. 210)

O maior empecilho para a formulação de uma utopia de sociedade não-repressiva dentro da obra freudiana é a pulsão de morte. Como já mencionado, Freud afirma que é inato do ser humano a tendência a retornar a uma posição inorgânica onde não há o desprazer, sendo essa posição a morte (1920, p.149). Esse impulso conduz à agressividade e à autodestruição. Se as pulsões não sofrem repressão, a agressão e destruição seriam libertas, impossibilitando um agenciamento civilizacional.

A posição de Freud é conformista e deve-se buscar a possibilidade de mutação das pulsões. Em uma sociedade em que a luta pela subsistência está sanada devido a capacidade técnico-científica, a busca pela eliminação do desprazer não teria razão de ser, uma vez que tais sofrimentos não existiriam. Sendo assim, uma sociedade utópica não-repressiva seria formada pela libertação dos instintos sexuais e da pulsão de vida. E a pulsão de morte, que constitui, para Freud, uma tendência do organismo a buscar o estado de ausência de tensão, não teria que percorrer um caminho regressivo em busca da eliminação de um desprazer que já não existe, tendo sua energia voltada para os prazeres libidinais.

Marcuse percorre a teoria psicanalítica a fim de estabelecer os parâmetros subjetivos que constituiriam o modo de viver em uma realidade não-repressiva. O desenvolvimento não repressivo das pulsões em uma sociedade regida por um princípio de realidade diferente e a possibilidade de superação de problemas universais

como a fome e miséria, proporcionadas pelo progresso científico, são os pilares do pensamento utópico de Marcuse.

Anos depois da publicação de “Eros e Civilização”, em 1967, o filósofo vai formular em um debate intitulado “O Fim da Utopia” seu conceito de “utopia concreta”. A ideia já estava presente na obra de 1955, onde ele procura desmistificar o caráter abstrato e impraticável que o termo utopia carrega historicamente. Marcuse afirma que, com o progresso intelectual, técnico e científico, as bases para um mundo mais igualitário e emancipado estão postos.

O próprio progresso da civilização, sob o princípio de desempenho, atingiu um nível de produtividade em que as exigências sociais à energia instintiva a ser consumida em trabalho alienado poderiam ser consideravelmente reduzidas. Por consequência, a contínua organização repressiva dos instintos parece ser menos necessitada pela luta pela existência do que pelo interesse em prolongar essa luta, isto é, pelo interesse em dominar. (MARCUSE, 1975, p.123).

III

A partir da categorização do termo utopia em Jacoby, este trabalho busca por fim, o deslocamento de utopia projetista para utopia iconoclasta no campo da arquitetura e do urbanismo. Procura a possibilidade de uma reapropriação do pensamento utópico, o qual o campo disciplinar abdicou ao se colocar como instrumento do neoliberalismo desde o fim do Movimento Moderno.

Como prática, a arquitetura sofre uma profunda crise de seu desejo. Vive um ressentimento pela interdição e o fim de sua fantasia modernista. Não pôde criar uma alternativa ética para sua intervenção no mundo material e se entregou a uma produção narcísica e espetacularizada. Entretanto, importante pontuar que há um número considerável de pensadores e profissionais contemporâneos, para além do star system e da produção hegemônica, criticam e propõem, na teoria e na prática, outras arquiteturas possíveis. Este texto busca fazer algumas considerações teóricas extra-disciplinares do campo da arquitetura e do urbanismo, que de alguma forma possam colaborar com esse objetivo.

Primeiramente há um apontamento sobre a indispensável consideração dos fatores psicológicos e subjetivos na construção de uma realidade emancipatória. Como na primeira parte do texto foi descrito, os projetos que, de certa forma, procuravam reorganizar espacialmente a sociedade poderiam servir a propósitos tão repressivos quanto a constituição espacial vigente. Um mundo, em termos espaciais, emancipado, precisa da emancipação psíquica e corpórea dos sujeitos.

É possível encontrar na obra de Marcuse a partir de sua leitura de Freud, formulações importantes para um reencontro da vocação revolucionária e do comprometimento com um mundo melhor. Ao invés da substituição de uma realidade repressiva por outra através da linguagem arquitetônica, a partir da imaginação, a arquitetura pode se fazer instrumento de um processo de construção de uma realidade emancipatória.

A construção imaginativa do espaço, ao invés de distanciada e operada pelo dominante da linguagem, deve ser democratizada e socializada, a fim de ser integrada como um trabalho social que permita um direcionamento dos instintos sexuais, isto é, da pulsão de vida.

Aqui faço uma defesa enfática da participação popular como elemento fundante da prática arquitetônica, não somente pela via da democratização, representação e acesso da população à construção imaginária e material de seus espaços privados e públicos, mas também pelo aspecto subjetivo em que o ativo da imaginação seja praticado e desenvolvido pelos sujeitos a fim de se tornar um meio de investimento libidinal acessível e constituinte da relação do homem com seu meio construído.

Dentro dos espaços excluídos, os quais não foram produzidos como estandarte da arquitetura instrumentalizada pelo capital, mas são consequência direta dessa lógica de organização urbana, vê-se as potencialidades de subversão de um espaço edificado por uma lógica repressiva. Sendo impossibilitado de se integrar ao sistema produtivo, há que se viver sob a lógica da sobrevivência e não do capital. Nasce da luta pela vida, os espaços utópicos. Criam-se as bases para uma experiência de realidade não-repressiva.

Esses espaços, como ocupações de moradia, ocupações artísticas e organizações populares revelam uma maneira outra de intervir e de se relacionar com o território e as pessoas. Há um investimento pulsional ao se organizar conforme uma lógica

coletiva, em que a discussão de como se viver, como construir esses espaços está aberta para ação imaginativa das pessoas. Ainda que não hegemônicos, essa experiência mais propícia para o desenvolvimento da pulsão de vida mostra que há caminhos possíveis para se construir uma utopia iconoclasta.

Referências

- FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. 1920. In. SOUZA, Paulo César de. (org.). Obras completas, v.14. São Paulo. Companhia das Letras. 2010.
- JACOBY, Russell. Imagem Imperfeita. Pensamento Utópico para uma Época Anti-utópica. São Paulo. Editora Record. 2007.
- MARCUSE, Herbert. Eros e Civilização. Uma Interpretação Filosófica do Pensamento de Freud. 1966. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1975. Trad. Álvaro Cabral.
- MARTIN, Reinhold. Utopia's Ghost. Architecture and postmodernism, again. Minneapolis. University of Minnesota Press. 2010.
- MIRANDA, Anamaria Brasil de; SOUSA, Edson Luiz André de. Psicanálise: uma vocação utópica. Psicol. USP, São Paulo. v. 29, n. 1, p.106-115. Jan 2018.
- MORE, Thomas. Utopia. 1516. São Paulo. Martins Fontes. 1999. Trad. Luiz Camargo e Marcelo Brandão Cipolla.
- PISANI, Marília Mello. Utopia e psicanálise em Herbert Marcuse. Trans/Form/Ação, Marília. v. 29, n. 2, p. 203-217. 2006.
- SCHUTZ, Rosalvo. “Dialética da libertação: Crítica e utopia na teoria da emancipação de Marcuse”. Dossiê Herbert Marcuse, Parte 1 (Dissonância: Revista de Teoria Crítica, v. 2, n. 1. 1), p. 125-149, junho de 2018.

***Larissa Napoli** é graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo, com ingresso no ano de 2015, pela FAUUSP. Realizou a iniciação científica “Habitação Coletiva em São Paulo – Urbanização Gleba H de Vigliecca & Associados” com bolsa PUB e apresentada no 27º SIICUSP. Colaborou como monitora acadêmica em duas disciplinas do Departamento de Projeto da FAUUSP. E-mail: larissanapoli@gmail.com